

-verdiana, nascido em 20 de Dezembro de 1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9421/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Maimuna Injai, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 21 de Maio de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9422/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Maio de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marli Santiago Pissinati Lopes, natural de Ipatinga, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 11 de Junho de 1966, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9423/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 29 de Junho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Crisanto de Carvalho Silva, natural de Nossa Senhora do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 2 de Fevereiro de 1986, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9424/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 28 de Junho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jean Michael Kwaku Lacerda Addo, natural da República da Bielorrússia, de nacionalidade guineense, nascido em 18 de Abril de 1984, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 9425/2006

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 19 de Julho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luis Mendes, natural de Calequise, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 21 de Setembro de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 17 884/2006

Lista n.º 31/06

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 17 de Julho de 2006, foi concedido o estatuto de igualdade

de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, à cidadã brasileira Sarah Vargas Monte Alto, nascida em 3 de Outubro de 1986.

4 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 17 885/2006

Por despacho de 24 de Agosto de 2006 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foram nomeados definitivamente, precedendo concurso, na categoria de especialista-adjunto do nível 1 da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 2 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro, os seguintes elementos:

Maria Adelaide Ribeiro Candeias e Sousa.
 Carlos Eduardo Mendes Henriques.
 Maria da Conceição Silva Sousa Barros de Pimentel Rodrigues.
 Amândio José Ribeiro Rodrigues Moreira.
 Júlia Catarina Antunes dos Santos Serra Pereira.
 António José Serra do Amaral.
 Maria Teresa Faria da Graça da Silva Cabral.
 Stella Maria Casaca Rosado de Sousa.
 Maria do Carmo Moleiro Pita Monteiro.
 Mónica de Almeida Azevedo Pereira.
 Maria de Lurdes Brito Amaro.
 Ana Paula de Brito Leote Guerreiro Madeira Bila.
 Miguel Rocha Rodrigues.
 Joaquim Claudino Antunes.
 Abílio Fernandes Lopes.
 Arlindo Tinoco da Costa.
 Vítor Manuel Tavares.
 Etelvina Caetano Gonçalves Santos.
 Cristina Maria da Costa de Matos da Fonseca Freire.
 Isabel Maria Anselmo Maleita Caeiro.
 Bárbara Maria Janeiro Romualdo da Costa Francisco.
 José Alberto Campanha Moreira Bessa.
 Maria Cândida Faria Barros de Matos.
 Maria Teresa Sá Pereira Raposo Martins.
 Maria Inês Nunes Dias Pereira Chaves.
 Paula Maria Aleixo Silva Faustino.
 Maria Helena Martins Pedro.
 Maria José Correia Nico Graça.
 Guilhermina Maria da Graça Mendes Leitão.
 António Pedro de Matos.
 Carlos Alberto Rodrigues Silva.
 Maria Isabel do Carmo Vera Cruz Guerreiro.
 Maria Augusta dos Santos Morgado Alves.
 Maria Nazaré Gonçalves da Silva Madeira.
 Armando Martins Rosa.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho n.º 17 886/2006

Por despacho de 24 de Agosto de 2006 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Raquel Maria Lobato de Faria Pinheira da Silva, foi nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 17 887/2006

Por despacho de 24 de Agosto de 2006 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Luísa Maria Pombal Gomes e Ana Cristina Andrade Saraiva foram nomeadas definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista da car-

reira de assistente administrativo do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 17 888/2006

Por despachos de 27 de Julho e de 24 de Agosto de 2006, respectivamente do secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi Nélida Sanches Casanova, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Academia das Ciências de Lisboa, transferida, nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de espacialista-adjunto do nível 3, ficando posicionada no escalão 3, índice 269. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 17 889/2006

Por despacho de 24 de Agosto de 2006 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, João Augusto Leal Mourão foi nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnico profissional principal da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 17 890/2006

Por despachos de 28 de Julho e de 24 de Agosto de 2006, respectivamente do presidente do conselho directivo do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi Teresa Maria Pereira Pessoa, técnica profissional principal do quadro de pessoal do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, transferida, nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunto do nível 3, ficando posicionada no escalão 1, índice 238. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento e Administrativo de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 17 891/2006

Por despachos de 3 e de 24 de Agosto de 2006, respectivamente da vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Teresa Paula Moreira Vicente, assistente administrativa do quadro de pessoal da Maternidade do Dr. Alfredo da Costa, foi transferida, nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunto do nível 3, ficando posicionada no escalão 1, índice 238. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Agosto de 2006. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Rectificação n.º 1335/2006

Por ter saído inexacta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 118, de 21 de Junho de 2006, a lista n.º 23/06, despacho n.º 12 861/2006 (2.ª série), relativa à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se que onde se lê:

	«Data de nascimento
Jannifer Ferreira Gama	19-09-1983»

deve ler-se:

	«Data de nascimento
Jennifer Ferreira Gama	19-09-1983»

4 de Agosto de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 17 892/2006

1 — Ao abrigo dos artigos 3.º, n.º 3, 7.º e 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, delego no Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, com a faculdade de subdelegação, os poderes que me são conferidos por lei relativos aos seguintes órgãos, serviços e estruturas:

- a) Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento;
- b) Comissão Interministerial para a Cooperação;
- c) Conselho Consultivo para a Cooperação Económica e Empresarial;
- d) Comissão Nacional da UNESCO.

2 — Delego também a competência para despachar os assuntos em matéria de coordenação da cooperação multilateral nas áreas de actuação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, das Nações Unidas, da OCDE, da FAO e da UNESCO.

3 — Mais delego no Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação os poderes que me são conferidos por lei para:

- a) Sem a faculdade de subdelegação, reconhecer o estatuto de agente da cooperação ou equiparado e determinar a prorrogação dos respectivos contratos, nos termos dos artigos 2.º, n.ºs 2 e 3, e 11.º, n.º 3, da Lei n.º 13/2004, de 14 de Abril;
- b) Conceder licenças sem vencimento para o exercício de funções em organismos internacionais, em conjunto com o membro do Governo responsável pelos serviços a que pertençam os requerentes, nos termos dos artigos 89.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;
- c) Dar parecer sobre a concessão do grau de doutoramento *honoris causa* a individualidades estrangeiras ao abrigo da audiência prévia prevista no artigo 30.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro.

4 — Sem a faculdade de subdelegação, delego no Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação os poderes para:

- a) Nomear, autorizar a contratação ou determinar a cessação de funções dos adidos e conselheiros para a cooperação do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio.
- b) Autorizar as deslocações em serviço ao estrangeiro e no território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das respectivas despesas com deslocação e estada e o abono das correspondentes ajudas de custo, de membros do seu Gabinete, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 192/95, de 28 de Julho, e 106/98, de 24 de Abril, devendo observar as orientações fixadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, de 5 de Maio.